

LÍNGUA PORTUGUESA: DIFUSÃO, VARIEDADES E IDENTIDADE EM ESTUDANTES CABO-VERDIANOS E PORTUGUESES

Maria Helena ANÇÃ²

RESUMO

O enfoque na consolidação da Língua Portuguesa (LP) como língua internacional tem sido evidenciado nestes últimos anos. Para além de ações e iniciativas académicas, mais de carácter nacional, geralmente em Portugal e no Brasil, destacam-se, a nível da CPLP, as duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial: Brasília (2010) e Lisboa (2013), e respetivos Planos de Ação que, em conjunto, definem estratégias globais para a promoção e difusão da LP.

A Formação Profissional para o ensino da LP, principalmente no espaço da CPLP, também tem sido destacada, constando das Recomendações do Plano de Ação de Lisboa, aprovado pelo Conselho de Ministros da CPLP.

Neste texto, apresentamos parte de um estudo desenvolvido LEIP, estrutura do CIDTFF (UA), com o objetivo de identificar a perceção de dois grupos de universitários/futuros professores de Português, em Cabo Verde e Portugal, sobre a difusão da LP, a sua geografia, variedades e ainda a identidade na/pela LP. Foi utilizado um questionário, cujo tratamento de dados se apoiou no programa informático NVivo 10.

Os resultados assinalam algum desconhecimento sobre as geografias da LP e suas variedades, ressaltando o 'mito' da norma europeia. Os valores de ciência, de ciberespaço ou ainda económico são apontados pontualmente. A identidade linguística é mais evidenciada no grupo língua materna (LM) portuguesa, enquanto o de LM cabo-verdiana privilegia a identidade socioprofissional, percecionando a LP sobretudo na dimensão histórico-cultural.

Torna-se premente repensar o ensino da LP, capaz de responder à dimensão plural e internacional desta língua, sendo as Universidades locais privilegiados para o efeito.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Educação em Português; Difusão; Geografias da Língua.

Contextualização

Estes últimos dez anos têm sido pautados por um crescente interesse pela LP: ou

² UA/Universidade de Aveiro, Departamento de Educação-CIDTFF/Centro de Investigação de Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Campos Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal, mariahelena@ua.pt.

porque é língua falada por vários países e por esta via ela é veículo de comunicação e de transmissão de conhecimentos culturais e científicos (Castilho, 2013a; Castro 2009, 2010; Duarte, 2015), ou ainda, porque a influência de todos estes fatores consolida o potencial económico da língua (Albuquerque e Esperança, 2010; Galito, 2006; Guerreiro e Junior, 2011; Oliveira, 2013; Reto, 2012) em Portugal e/ou nos países de língua oficial portuguesa.

Nesta sequência, este interesse têm-se materializado em múltiplas ações e iniciativas de carácter nacional e internacional, nos diferentes países visando a promoção, projeção e difusão da LP e, deste modo, a sua consolidação como língua internacional. Neste âmbito, destacam-se os seguintes organismos: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, Instituto Internacional de Língua Portuguesa/IILP, integrado no primeiro, e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, que numa ação conjunta e concertada têm impulsionado e liderado estas ações. Assim, destacam-se as duas *Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, que decorreram, em 2010, em Brasília, e em 2013, em Lisboa, resultando dois *Planos de Ação*: Plano de Ação de Brasília (CPLP, 2010) e Plano de Ação de Lisboa (CPLP, 2013). As referidas Conferências foram mediadas por quatro Colóquios correspondendo a quatro Cartas:

- Carta de Luanda, na sequência do *Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais*, realizado em Luanda (Angola), em julho de 2010;
- Carta de Maputo, na sequência do *Colóquio Internacional sobre a Diversidade Linguística nos países da CPLP*, Maputo (Moçambique), setembro de 2011;
- Carta da Praia, na sequência do *Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa nas diásporas*, Praia (Cabo Verde), novembro de 2011;
- Carta de Guaramiranga, na sequência do *Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa na internet e no mundo digital*, Fortaleza, Redenção e Guaramiranga, Ceará (Brasil), abril de 2012.

Cada um dos temas dos Colóquios corresponde a um eixo estratégico: a introdução da LP como língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais, de facto, e não apenas no papel; a diversidade linguística no espaço lusófono que corresponde a mais 300 línguas, para além da LP, e perfaz cerca de 5% da diversidade linguística do mundo; a LP em contexto da diáspora, com vista a uma sensibilização das comunidades para a importância de uma Educação em Português; a LP no mundo virtual e na internet, tendo em conta que a presença

da língua é um fator positivo para a cultura, economia, educação, e ainda para o desenvolvimento das sociedades.

Em Portugal, várias Universidades serviram de palco para Conferências enquadradas neste âmbito, por exemplo, a Universidade de Aveiro, em abril de 2014, acolheu a Conferência *Promoção e Difusão da LP*, da responsabilidade da Comissão Temática dos Observadores Consultivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Aspectos como o papel da LP como língua de ciência e de inovação, assim como o potencial desta língua no mundo empresarial foram debatidos, tendo sido reconhecido que muito haveria a fazer, sobretudo nas Universidades (Ançã, 2014, 2015).

Outras iniciativas nacionais sobre a projeção e internacionalização da LP têm ocorrido sobretudo no Brasil e em Portugal, embora integrando elementos de outros países de língua oficial portuguesa. Apesar do seu pendor mais académico, têm também contado com a presença da sociedade civil. Cita-se de novo o caso da Universidade de Aveiro, cuja realidade melhor conheço. Nesta Universidade realizaram-se as duas Conferência Internacionais *Pelos Mares da Língua Portuguesa*. A última, que teve lugar em maio de 2014, contou com vários académicos de diferentes áreas científicas e foi notória a diferente perspetiva face à LP como língua de ciência e a supremacia do Inglês neste âmbito. Uma possível justificação da pouca utilização da LP em contextos científicos deve-se ao facto de a agência de financiamento nacional, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, avaliar os projetos em Inglês, – só o resumo e as palavras-chave de cada projeto podem constar em LP para além do Inglês –, devendo os proponentes, mas, de algum modo, também todos os elementos da equipa, apresentar o seu currículo nesta língua. Para além disso, são aconselhadas revistas de língua inglesa para publicação, mesmo que se trate de artigos sobre a LP (língua, didática da LP ou políticas de língua). As revistas portuguesas e brasileiras, mesmo reconhecidas cientificamente, pelo seu elevado fator de impacto, e incluídas em importantes redes internacionais de indexação, têm pouca relevância para a apreciação dos currícula.

Em prol da projeção e internacionalização da LP, destaca-se ainda o estudo coordenado por Luís Reto, Reitor do ISCTE/Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa, publicado em 2012: *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, estudo esse encomendado pelo Camões. De mencionar também a exposição com o mesmo nome realizada no Parlamento Europeu, em 2014, organizado pelo Camões e pelo ISCTE.

Difusão e promoção através da Educação em Português

A LP é atualmente falada por 250 milhões de locutores, como LM e língua segunda, ocupando 10,8 milhões de quilómetros quadrados da superfície da Terra, que representam 3,7% da população mundial e 4% da riqueza total (Reto, 2012). É uma língua falada nos cinco continentes e língua oficial destes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Região Administrativa Especial de Macau, na China, e mais recentemente, Guiné-Equatorial.

O conjunto destes indicadores constitui, indubitavelmente, um forte ‘motor’ de promoção e de difusão da língua (Ançã et al. 2014). Apesar das potencialidades em termos globais, o reconhecimento internacional da LP não é ainda o desejado (Duarte, 2015; Galito, 2006; Laborinho, 2012), porque há ainda outros fatores, para além da demografia e geografia, que definem o poder das línguas: índice de desenvolvimento humano, índice de fecundidade, traduções, prémios Nobel, penetração na internet, veicularidade... (Calvet e Calvet, 2012).

O ensino em particular e a Educação em Português em geral desempenham um papel fulcral no processo de valorização, divulgação, promoção da língua, sendo o professor/formador de LP/Didática da LP um agente considerável. Este tem uma responsabilidade acrescida, pois as suas representações e convicções face à língua terão um efeito de multiplicação sobre os seus alunos e um efeito nas suas práticas educativas.

A atitude dos falantes (desinteresse e ceticismo, por exemplo), nos diferentes papéis sociais que desempenham pode constituir um obstáculo. Como testemunha Galito (2006, p. 99): “Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto económico que esse instrumento [LP], tão à sua disposição, lhes pode oferecer”. Esta mesma autora acrescenta ainda: “o interesse pelo uso de uma língua ajuda a cimentar a credibilidade na cena internacional” (Galito, 2006, p. 33).

Esta falta de “autoestima crônica” é levantada também por Castilho (2013b), a propósito da internacionalização do Português. Os desafios propostos por este autor centram-se à volta do papel das Universidades (brasileiras) e do conhecimento sólido sobre a língua a ser difundido, todavia, são necessárias políticas linguísticas mais focalizadas, “deixando de lado a sua atual falta de rumo” (Castilho, 2013b, p.1).

O estudo empírico

O estudo a apresentar, de natureza qualitativa e descritiva (Bogdan e Biklen, 1994), integra-se num projeto mais amplo (*Políticas linguísticas para o Português: o papel do ensino na promoção e difusão da língua*) a decorrer no Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP, estrutura do CIDTFF/Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, sediado no Departamento de Educação da UA.

O presente texto tem como objetivo analisar conhecimentos e perceções de dois grupos de universitários/futuros professores de Português, em duas Universidades de dois países: uma em Cabo Verde ³ e outra em Portugal, sobre a difusão da língua, a sua geografia e variedades, e valores a ela atribuídos (de valores mais globais a valores pessoais, como o identitário). Para o tratamento de dados foi utilizado o programa informático NVivo 10, sobretudo para o caso do grupo de Portugal. Não obstante o questionário conter várias questões, neste espaço apenas nos debruçaremos sobre aquelas atrás mencionadas.

Os sujeitos do estudo em ambos os grupos realizavam o Estágio Pedagógico em Escolas nas cidades onde se encontram as respetivas Universidades. Para além disso, frequentavam o último ano académico dos seus cursos. Assim, os estudantes cabo-verdianos (12 do sexo feminino e 2 do masculino) estavam no final da Licenciatura, enquanto o grupo português (14 estudantes do sexo feminino) se encontrava a finalizar um Mestrado profissionalizante (2º ciclo de Bolonha). Excetuando uma aluna venezuelana do grupo ‘português’, todos os restantes tinham nascido nos países onde o estudo se realizara: Cabo Verde e Portugal, com respetivamente a Língua Cabo-Verdiana um crioulo de base lexical portuguesa, e a LP (e o Castelhana para a mestranda venezuelana) como LMs. O leque de idades dos finalistas da Universidade em Cabo Verde é bastante alargado (dos 22 aos 44 anos), incidindo na faixa dos 22 aos 27 anos (57,1%), enquanto as estudantes da Universidade portuguesa são ligeiramente mais jovens (dos 20 aos 35 anos), com incidência na faixa etária dos 20 aos 25 anos (71,4%).

3 Agradeço a disponibilidade da Profª Amália de Melo Lopes para a aplicação do questionário em Cabo Verde.

As respostas dos estudantes ao questionário

Nesta rubrica analisaremos as respostas dos estudantes dos dois grupos relativamente ao seguintes tópicos apresentados no questionário:

1. países que têm a LP com língua oficial;
2. variedades de LP e sua ‘correção’;
3. importância da difusão da LP e estratégias propostas;
4. valores globais da LP;
5. valores pessoais da LP.

Para a primeira questão, países que têm a LP com língua oficial (ver gráfico 1), as respostas destacam três países nos dois grupos: Brasil, Portugal e Angola. O Brasil aparece em primeiro lugar, com valores muito próximos em ambos os grupos, de seguida, surge Portugal, com valores na ordem dos 80% (ligeiramente menos para as estudantes portuguesas, que por lhes parecer óbvio Portugal ser um país de língua oficial portuguesa não sentiram necessidade de o registar); e Angola em terceiro lugar, com um peso elevado, sobretudo, para os formandos cabo-verdianos (93%). Portugal e Brasil são os países que comumente servem como exemplificação de países de língua oficial portuguesa e de “LM portuguesa”, embora a realidade linguística desminta este facto, sobretudo no Brasil. Também em Portugal a realidade não é essa, para além de mais de 400 mil cidadãos estrangeiros (RIFA, 2014⁴), numa população de menos de 10 milhões de habitantes, com proveniências geográficas e linguísticas diversificadas, há ainda duas línguas reconhecidas oficialmente: o Mirandês e a Língua Gestual Portuguesa. Quanto ao peso atribuído a Angola, porventura, encontraremos uma outra justificação (não a de ser um país de LM portuguesa): o conhecimento e contactos advindos de uma cooperação económica, cultural e ainda académica entre estes países, pelo facto de terem em comum a mesma língua oficial. No caso português, há a presença bastante forte de portugueses em Angola e de angolanos em Portugal. Além do já referido, Angola e Brasil são, com efeito, os países com maior número de falantes de LP, com uma demografia em crescimento e desempenhando ainda um papel de relevo na economia mundial.

4 Este Relatório reporta-se ao ano em que o questionário foi passado em Portugal e também em Cabo Verde: 2013.

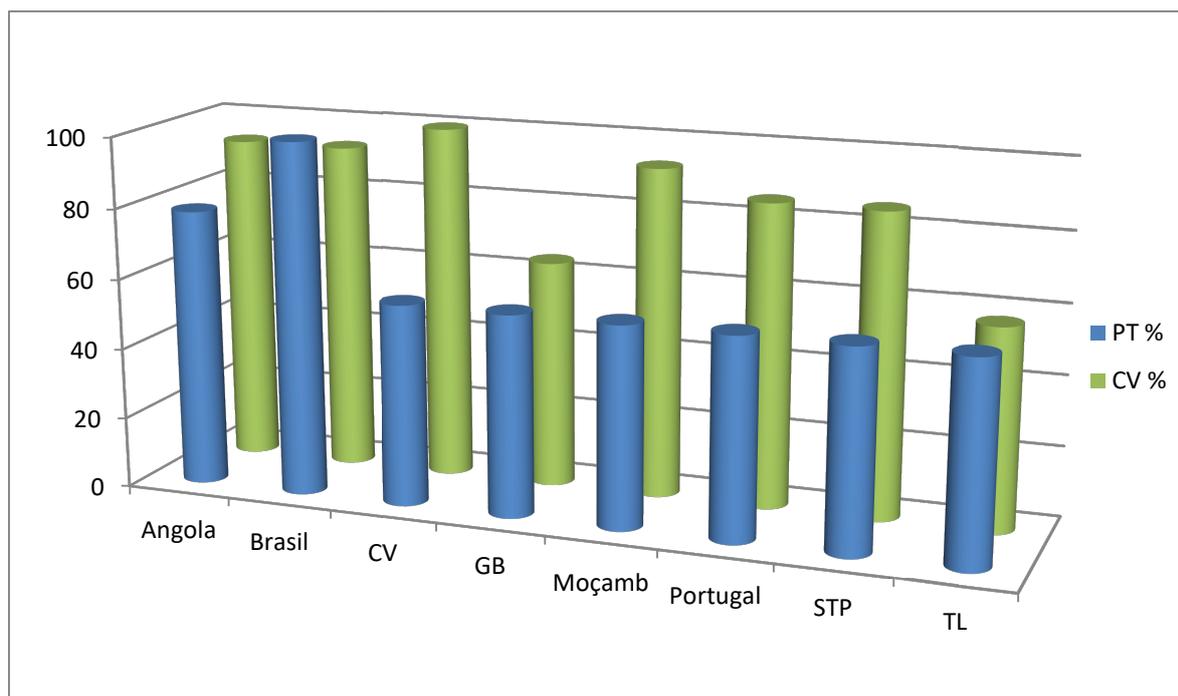


Gráfico 1 - Países que os estudantes consideram ter como língua oficial a LP

Em segundo lugar, de registar a percentagem referente a Moçambique, com bastante peso junto dos cabo-verdianos (93%, o mesmo peso que tinham atribuído a Angola), e menor para o grupo da Universidade portuguesa (64,3%), embora represente também um país em crescimento, demográfica e economicamente, com repercussões e ganhos inevitáveis para a LP. Cabo Verde surge a 100% pelos próprios cabo-verdianos e a 57,1% pelas formandas portuguesas. Para além de Cabo Verde e Portugal terem uma importante cooperação entre Instituições de Ensino Superior, são de registar, por um lado, uma forte imigração de cabo-verdianos, desde há várias décadas, em Portugal, por outro lado, Cabo Verde, em termos de turismo, é um dos destinos eleitos pelos portugueses. Seria, por conseguinte, expectável que o grupo ‘português’ tivesse um maior conhecimento deste país, sobretudo quando se encontra a fazer um Estágio Pedagógico (também⁵) em Português.

Por fim, encontramos os restantes países cujo conhecimento não é partilhado da mesma forma por todos os estudantes, com uma exceção para a Guiné-Bissau (77%), sobejamente próximo dos cabo-verdianos, quer geograficamente quer pela história comum, no âmbito da luta de libertação (PAIGCV/ Partido Africano para a Independência da Guiné e de

⁵ Este grupo estagiava em quatro áreas: Português, História, Ciências e Matemática. O Mestrado em que estas estagiárias estavam integradas foi reformulado pelo Decreto Lei 79/2014, de 14 de maio, do Ministério da Educação e Ciência, e entrará em funcionamento no ano letivo 2015/2016, noutros moldes.

Cabo Verde). A mesma valorização atribuída pelas respondentes da Universidade portuguesa a Cabo Verde encontrará equivalência percentual tanto para a Guiné-Bissau como para Moçambique, ou seja, pouco mais de 50%. Do ponto de vista dos conhecimentos científicos seria desejável a seleção de qualquer destes países a 100%... Contudo, para o reconhecimento deste país terão pesado, sobretudo, os contactos com guineenses imigrantes e residentes na zona onde se encontra a Universidade portuguesa, mas também a convivência destas formandas com os colegas guineenses, nas residências universitárias, nas cantinas e na própria Universidade. Pelo contrário, é de assinalar o razoável conhecimento dos cabo-verdianos sobre todos os países de LP em África (ver em especial a percentagem relativa a STP/São Tomé e Príncipe), assim como na Ásia: TL/Timor Leste e ainda a Região Administrativa Especial de Macau, – houve igualmente dois registos do grupo de Portugal relativamente a Macau. São os cabo-verdianos, aliás, quem demonstra maior conhecimento dos países que falam Português, e foi, com efeito, este grupo que não apresentou nenhuma inexactidão a este respeito. Vejam-se duas respostas do grupo ‘português’ quando são referidos o Luxemburgo (terá a aluna impropriamente querido evidenciar a comunidade portuguesa neste país, a mais numerosa comunidade estrangeira?) e a “Ásia e África”...

Resultados semelhantes encontram-se no estudo coordenado por Reto (2012), a propósito desta mesma questão colocada a universitários, em leitorados de Português do então Instituto Camões. As percentagens situam-se na ordem dos 70-80% para o Brasil, Angola e Moçambique, tendo os restantes países, de dimensão menor, ficado muito aquém do esperado. “Conclui-se que a aprendizagem da língua portuguesa só até certo ponto é acompanhada da aprendizagem da respetiva geografia” (Reto, 2012:165-166).

Seria, pois, fundamental na formação de professores de Português desenvolver uma sólida cultura linguística nos alunos, aprofundando conhecimentos da geografia dos países que falam Português, assim como das suas variedades linguísticas, como veremos na questão seguinte.

Na resposta à questão sobre as variedades de LP consideradas pelos estudantes como as mais corretas, destacam-se essencialmente três países: Portugal, Brasil e Angola. O Português Europeu (PE) surge como a variedade mais correta para metade das formandas do grupo de Portugal e apenas 21,4% para os estudantes de Cabo Verde (este resultado terá de ser lido juntamente com o resultado atribuído pelos próprios ao Português de Cabo Verde). A variedade brasileira é assinalada apenas com 35,7% pelas portuguesas e com 14,2% pelo

grupo cabo-verdiano, números bastante baixos que demonstram algum desconhecimento científico do Português do Brasil. Quanto à variedade angolana de LP, esta é considerada correta por 21,4% dos cabo-verdianos, portanto com um peso superior ao do Português do Brasil, e com um peso bastante menor (14,2%) pelas mestrandas de Portugal. Há ainda lugar a outra resposta (“outro”) no grupo de mestrandas (14,2%), significando (pela justificação) que todas as variedades são corretas. Quanto ao Português de Cabo Verde, o grupo cabo-verdiano assinala esta variedade como a mais correta, porque se aproxima do PE, ou porque em Cabo Verde a norma adotada é a do PE. Diremos, então, que estas respostas podem justificar a diminuta percentagem que os cabo-verdianos deste estudo conferiram à escolha da variedade de Portugal, não tendo considerado necessário referi-la, já que eles próprios dizem falar o PE.

Não obstante, alguns respondentes indicarem que todas as variedades são corretas, de acordo com as circunstâncias e com a norma geográfica, mas é evidente que atribuem à variedade europeia uma supremacia não sublinhada em nenhuma outra variedade. Em Portugal, o grupo em estudo representa a LP, com um profundo e, por vezes, intransigente ‘peso’ matricial (“o berço da língua”), também partilhado pelos estudantes de Cabo Verde, que, por sua vez, se recusam admitir uma variedade específica de Português (Ançã, 2015).

No que respeita à questão seguinte, sobre a importância da difusão da LP no mundo, ambos os grupos a reconhecem, diferindo, contudo, a sua focalização. Assim, os estudantes de Portugal justificam a importância da difusão pela expansão/divulgação da língua e/ou da cultura a nível internacional com 42,9%, enquanto metade das respostas dos estudantes cabo-verdianos se centra na comunicação e aproximação aos países de língua oficial portuguesa, proporcionados através de uma maior difusão da LP.

O investimento na difusão traria ainda como consequência o interesse pela aprendizagem da LP, – respostas das finalistas portuguesas (28,6%) e dos cabo-verdianos (14,2%) e também a valorização internacional (7,1% das respostas de ambos os grupos) e o favorecimento das relações comerciais e económicas (apenas uma resposta das estudantes portuguesas).

Quanto as estratégias e meios de difusão da LP, há um conjunto de propostas de ambos os grupos que assenta na focalização na educação/ensino da língua, indo ao encontro do perfil académico-profissional dos inquiridos (estagiários de Português), embora com uma maior incidência no grupo ‘português’ (50%): integração da disciplina de LP em sistemas educativos no estrangeiro os programas de intercâmbio universitário, nomeadamente o

Erasmus, um maior o investimento no Português Língua Não Materna/PLNM, em contexto escolar português; sensibilização à diversidade linguística (7,1%). Para os formandos de Cabo Verde, a educação/ensino da LP (“criação de materiais didáticos” e investimento na tradução) seria igualmente uma estratégia de promoção da língua (21,4%), contudo, a ênfase é menor do que no caso do grupo anterior. São sugeridas ainda por ambos os grupos outras formas de difusão da língua, como a comunicação social, as redes sociais e os eventos científicos e desportivos.

Especificamente de Portugal, referem-se os movimentos migratórios e o mercado económico/trocas comerciais (ambos as situações com 21,4%) e, ainda, uma política linguística concertada a nível da CPLP (7,1%). Os cabo-verdianos enfatizam a comunicação e a possibilidade de partilha (cultural, sobretudo) entre os países que falam Português, mas são sobretudo os contactos pessoais (28,6%), em viagem ou mesmo em Cabo Verde que podem promover a difusão (14,3%): [pela] “utilização da LP em todas as situações comunicativas” (recordemos que a LP não é a língua de comunicação diária em Cabo Verde).

Diremos, por fim, que as propostas dos formandos cabo-verdianos são mais localizadas ao contexto de Cabo Verde, enquanto as mestrandas portuguesas, para além do contexto português (PLNM, imigração) têm ainda em conta algumas estratégias macro e mais globais (União Europeia, CPLP). Curiosamente nenhum sujeito destes dois grupos referiu o turismo que, como sabemos, desempenha um papel de relevo em ambos os países.

Na questão seguinte, Valores da LP, solicitava-se aos estudantes que, de entre um número de valores assinalados, escolhessem os mais adequadas (Gráfico 2):

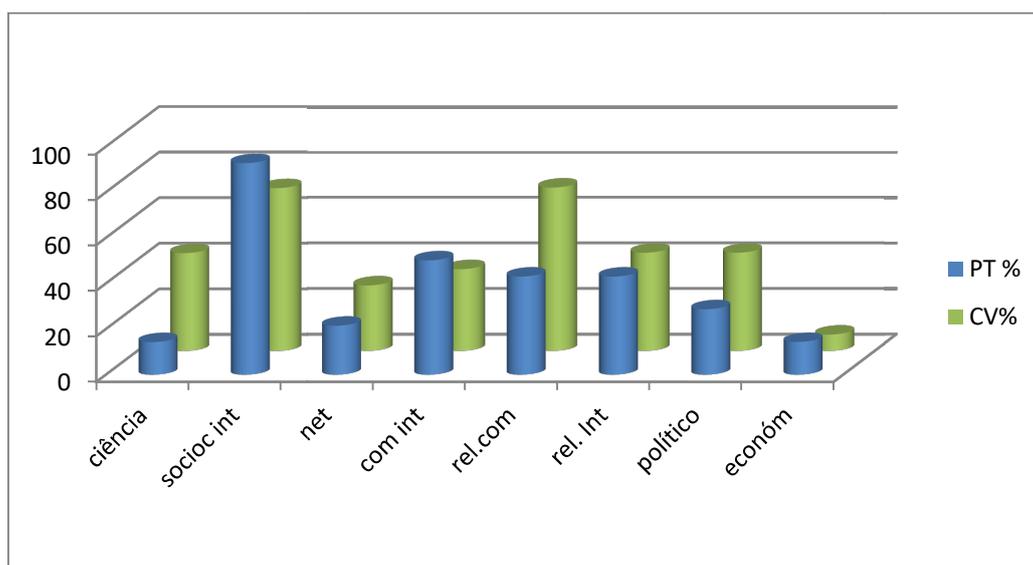


Gráfico 2 – Valores atribuídos pelos estudantes à LP

O único valor que encontrou algum consenso entre os participantes é o valor sociocultural e intelectual (socioc int) da língua, porque, de facto, estamos perante estudantes de cursos de Ciências Sociais e Humanas. Também consensuais foram as percentagens elevadas atribuídas a este valor: 92,8% no grupo de Portugal e um pouco mais baixa no grupo cabo-verdiano (71,4%). Com a mesma incidência percentual, os cabo-verdianos destacam ainda o valor da língua nas relações comerciais, valorizando, de seguida, as relações internacionais e a comunicação internacional, como forma de se projetarem para o exterior e através do Português comunicarem com os outros países de língua portuguesa. Para quase metade destes formandos, a LP tem impacto como língua de ciência (a língua predominante de acesso aos saberes académicos em Cabo Verde), contrariamente às participantes portuguesas que associam imediatamente o Inglês a este valor. Assunto, como já referido na secção anterior, na ordem do dia, debatido em várias Universidades portuguesas atualmente, e ainda polémico entre os académicos.

Quanto ao peso político, este só teve alguma expressão para o grupo cabo-verdiano (42,9%), – empenhados na construção do país, mesmo não acreditando no valor económico (7,1%). Pela crise económica e social vivida em Portugal que condiciona alguma descrença e desinteresse pela política, as mestrandas não reconhecem particularmente estes valores na língua, aliás, só a comunicação internacional merece algum destaque em metade das respondentes deste grupo que verão nos países de LP uma saída profissional. Inesperadamente, o valor da LP na internet apresenta resultados muito abaixo do expectável: os estudantes de Cabo Verde com 28,6%, Portugal com 21,4%. Esta falta de consciência sobre o poder das línguas no ciberespaço, neste caso, da LP, foi surpreendente e liga-se, obviamente, a um certo desconhecimento sobre os estudos recentes que demonstram exatamente o contrário: o enorme impacto que tem presentemente o Português no mundo digital (Albuquerque e Esperança, 2010; Guerreiro e Junior, 2011; Reto, 2012).

Resultando também de algum desconhecimento destes estudantes, é o pouco impacto reconhecido no valor económico da LP, que é traduzido numa reduzida convicção face à língua. Ora, esse valor conflui do cruzamento de vários fatores, como a sua posição no mercado linguístico, o prestígio e reconhecimento em sociedade e, **sobretudo**⁶, a sua valorização em contexto académico (Albuquerque e Esperança, 2010; Galito, 2006; Reto,

⁶ Advérbio da minha responsabilidade.

2012). Embora isoladamente algum destes fatores possa ter algum significado nalgum dos grupos (veja-se o prestígio da LP em Cabo Verde), na globalidade esse valor dilui-se.

Num estudo de Mestrado realizado sob minha orientação (Henriques, 2014), estas questões são colocadas em sala de aula, numa turma de Português, do 9º ano, a 20 alunos portugueses, dos 14-16 anos. Os resultados não se afastam muito daqueles obtidos na Universidade portuguesa: um predomínio dos valores históricos, socioculturais e intelectuais da LP, não sendo valorizada a LP como língua de ciência, de poder político ou com impacto económico. Para além do mais, a presença da LP no ciberespaço não foi atestada por nenhum dos alunos daquela turma.

Na última questão, de resposta aberta, são analisados os valores pessoais atribuídos à LP, como se pode visualizar no Gráfico 3:

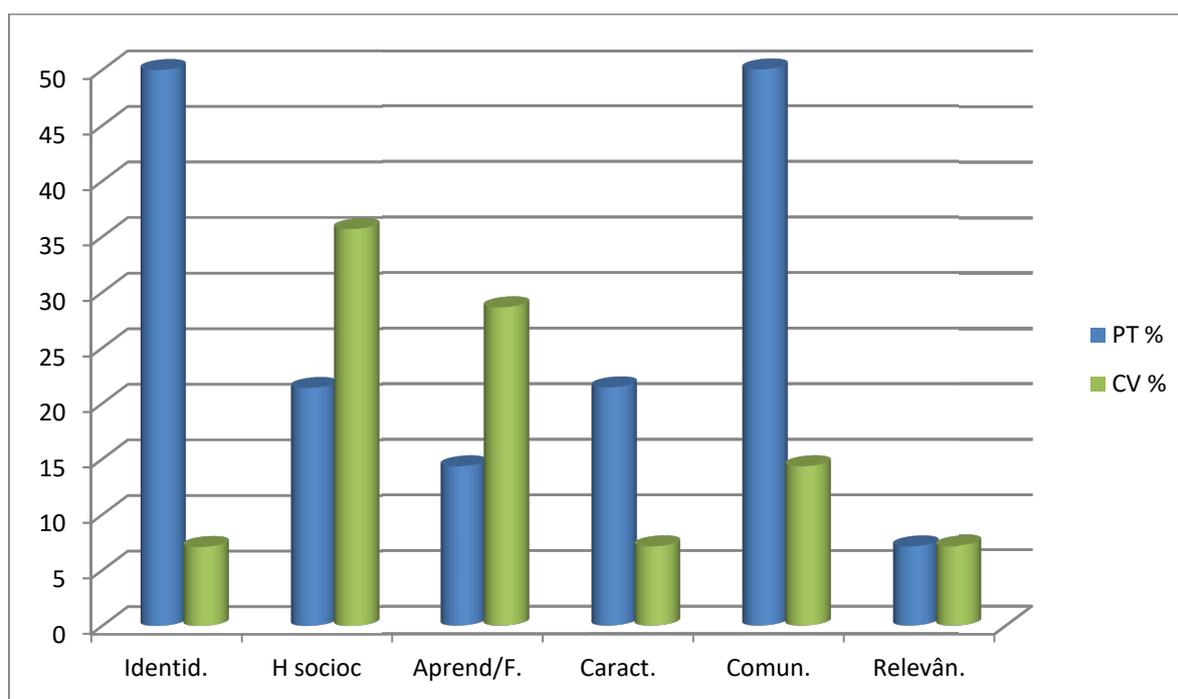


Gráfico 3 – Valores pessoais atribuídos pelos estudantes à LP

Começamos por explicitar que as percentagens mais elevadas no grupo ‘português’ são apenas de 50%, – metade das respostas –, e dizem respeito aos valores de identidade e ao de comunicação. Esta opção pode denotar algum ‘descomprometimento’ com a língua, no caso LM de 13 das 14 das participantes e língua de trabalho e de ensino de todas. A este propósito, leia-se o valor atribuído à relevância da língua (7,1%) que, de algum modo, vai

demonstrar uma certa descrença na LP como língua global. No entanto, para exprimir o valor identitário (Ident.) estas jovens recorrem aos possessivos ‘meu’ (“língua do meu país”) e ‘minha’ (“minha língua”), na linha da definição de Castilho que entende a identidade linguística como “um conjunto de intuições que se desencadeiam quando falamos ou ouvimos falar a [LP]” (2013a:2). O valor de comunicação aliado ao facto de se tratar da língua de trabalho abrange ainda o potencial comunicativo desta língua, tendo em conta a comunicação no país ou no exterior (com falantes de LP). Num segundo plano, e distanciados destes dois valores, surgem valores ainda relativos a aspetos profissionais: o histórico e sociocultural (H socioc), assim como as características da língua (estéticas e linguísticas: romântica, doce, bonita; “rica” semanticamente, lexicalmente e morfológicamente). Estranhamente a aprendizagem/formação ocupa um lugar pouco expressivo, com registos de alguma ingenuidade (“difícil de aprender (...) gostava de a conhecer melhor”), que não se coadunam propriamente com o nível académico e profissional deste grupo (Ançã et al. 2014).

Nas respostas dos cabo-verdianos encontramos uma pulverização de valores, com percentagens abaixo dos 50%, sendo o valor histórico e sociocultural da língua o destacado (35,7%), seguido da aprendizagem/formação, com um peso algo fragilizado para o perfil dos participantes (apenas 28,6%), embora se realce a importância da língua enquanto objeto de estudo (“fundamental porque é a língua que escolhi para me formar”), e ainda os motivos de ordem histórica e também socioculturais ligados a estas escolhas. Como diz um dos respondentes se não dominar bem a LP “não encontro emprego...[porque é uma] língua de prestígio e muito valorizada em Cabo Verde”. Como seria expectável, o valor de comunicação (14,2%) neste tópico não tem particular expressão (“permite falar com os meus irmãos da CPLP mas também conhecer a cultura deles...”), dado que se refere à relação mais subjetiva com a LP, língua não materna, embora na questão anterior, de natureza mais objetiva, a comunicação e relações internacionais tenham sido valorizadas. Seguem-se os valores identitários (é a **minha**⁷ segunda língua... é daquelas que mais aprecio” e “a melhor herança que os portugueses nos deixaram”, citando Amílcar Cabral) e, por fim, apenas um sujeito valoriza a relevância da LP, e algumas das suas características afetivas (“...algo que nos cativa...”) (Ançã, 2014). Atitudes de cariz afetivo em relação à LP, assim como a expressão de alguns aspetos estéticos desta língua são encontrados noutros estudos (veja-se Lopes, 2011).

7 Destacado meu.

Destes resultados, há aspetos que merecem, com efeito, sérias reflexões mas apenas especificaremos o seguinte: o pouco peso atribuído à aprendizagem da LP/formação para ambos os grupos, em particular para as mestrandas portuguesas, uma vez que se encontram em formação num Estágio Pedagógico. Talvez explicável pelo facto do perfil do curso de Mestrado em que a área de LP não é a única área de formação (ver nota 4). Por sua vez, os cabo-verdianos deste estudo que reconhecem a importância do domínio da LP, língua oficial em Cabo Verde, para se obterem bons empregos e para serem bons profissionais (professores de Português), quando solicitados em termos pessoais sobre a LP, o panorama é um pouco diferente e mais distanciado, dado que não é esta LM destes sujeitos.

Na investigação de Lopes (2011) sobre o comportamento e atitudes linguísticas dos cabo-verdianos sobre as duas línguas do território, os sujeitos inquiridos manifestam atitudes positivas face às línguas, sendo vista a Língua Cabo-Verdiana como a língua da afetividade e o símbolo mais poderoso da identidade e da cultura cabo-verdianas. No entanto, a LP também faz parte do repertório identitário destes sujeitos, ressaltando a autora que “a perda de uma delas [línguas] poderia significar perdas na identidade” dos cabo-verdianos (Lopes, 2011:404).

Se as línguas são símbolos de identidade e são usadas pelos falantes para marcar as suas (diferentes) identidades, quer (etno)linguísticas, quer sociais e culturais, estas identidades são também mutáveis ao longo da vida (Byram, 2006). Nos resultados obtidos, as marcas identitárias do grupo ‘português’⁸ prendem-se sobretudo com a LP como lugar materno e de socialização, muito embora a identidade profissional se espelhe também neste espaço linguístico, para os cabo-verdianos é essencialmente a identidade socioprofissional que ressalta, e também a identidade cultural através da LP que os insere numa comunidade de falantes desta língua, mas igualmente numa aproximação a esta(s) comunidade(s) que conduz a uma (já) outra identidade cultural (intercultural).

Entre síntese e comentário final

O estudo empírico apresentado contou com dois grupos de estudantes universitários,

⁸ Recordemos que existe uma mestranda venezuelana neste grupo.

um de Cabo Verde e outro de Portugal. Os resultados globais deste estudo não destacam particularmente a convicção dos sujeitos inquiridos sobre a língua que falam e que usam profissionalmente, como docentes de LP, constatação mais evidente no grupo ‘português’.

Como dissemos anteriormente, o valor de uma língua pode resultar da conjugação de vários fatores, como a sua posição no mercado linguístico, o seu prestígio na sociedade e no meio académico. Cabe, prioritariamente, às Universidades o reforço e a consolidação da internacionalização do Português, porque estas, são, sem dúvida, locais privilegiados para este efeito, visto que é sobretudo nas Universidades que as pontes com a sociedade e com o mundo são construídas.

O ensino e a investigação desempenham, por conseguinte, um papel preponderante na valorização da LP, tanto em termos da sua utilização enquanto acesso aos conhecimentos e como mediadora entre estes, como ainda como objeto de reflexão *per se*.

Simultaneamente, é fundamental que o poder político ‘legítimo’ este reconhecimento e que empreenda e desenvolva esforços e ações com a sociedade civil e com a Universidade, mas sem o engajamento desta, a projeção da LP como língua internacional e língua de ciência ficará seriamente comprometida.

Mais especificamente, importa, ainda e sobretudo, investir na Educação em Português e na formação de professores, dentro de um outro paradigma, de abertura a uma cultura linguística mais sólida e mais abrangente, na perspetiva de que a língua é falada e ensinada em outras geografias, para além da local. Ora, é nesta permeabilidade à dimensão plural e internacional da LP que a convicção de cada um deve assentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, Alexandra; Esperança, José Paulo. 2010. El valor económico del portugués: lengua de conocimiento con influencia global. *Documentos de trabajo* (Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos), n.26, p.1-15. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org/.../DT26-2010_Albuquerque_Esperanca_va. Acesso em: 3 out 2015.

Ançã, Maria Helena. 2014. Que valores tem a Língua Portuguesa? Um estudo com universitários portugueses, brasileiros e cabo-verdianos. Comunicação apresentada ao *XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas/AIL*. Mindelo/Cabo Verde, 21-25 julho 2014: AIL e Universidade de Cabo Verde.

Ançã, Maria Helena. 2015. “Dos mares aos rostos da língua portuguesa” – reflexões em torno de geografias, variedades e valores do Português, na perceção de (futuros) professores, em

Portugal, Brasil e Cabo Verde. In: Ferreira, A. M.; Brasete, M. F. (Eds.), *Pelos Mares da Língua Portuguesa 2*, Aveiro: Editora da UA, p. 299-312.

Ançã, Maria Helena; Macário, Maria João; Guzeva, Tatiana; Gomes, Belinda. 2014. O papel da Educação em Português na promoção e difusão da língua – um estudo com um grupo de estagiárias. *Revista Lusófona de Educação*, n. 27, p. 93-107.

Byram, Michael. 2006. *Langues et identités. Étude préliminaire. Langue de scolarisation*. Strasbourg: Division des Politiques linguistiques.

Bogdan, Robert C.; Biklen, Sari K. 1994. *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Calvet, André; Calvet, Louis-Jean. 2012. *Baromètre Calvet des langues du monde*. Disponível em: wikilf/culture.fr/barometre. Acesso em: 19 dez. 2012.

Castilho, Ataliba de. 2013a. Identidade linguística e planeamento de atividades. In *II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*. Disponível em: www.conferencialp.org/files/ataliba_identidade.pdf. Acesso em: 29 set.2014.

Castilho, A. de. 2013b. Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa. In: ANPOLL/ILLP (Ed.), *Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa*. Santa Catarina: UFSC, 6-8 de março, p. 1-17.

Castro, Ivo. 2009. A Internacionalização da Língua Portuguesa. Comunicação ao Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, 16, junho 2009.

Castro, Ivo. 2010. As Políticas Linguísticas do Português. *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística/APL*. Porto: APL, p. 65-71.

CPLP/ Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. 2010. Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Disponível em: www.cplp.org. Acesso em: 11 março 2013.

CPLP/Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. 2013. Plano de Ação de Lisboa. Disponível em: www.cplp.org. Acesso em: 22 fev. 2014.

Galito, Maria Sousa. 2006. *Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de trabalho*. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/.../000040091.pdf>. Acesso em: 9 abril 2013.

Guerreiro, Carmo; Junior, Luiz Costa Pereira. 2011. O valor do idioma. *Revista Língua Portuguesa*. Disponível em: revistalingua.uol.com.br/textos/72/o-valor-do-idioma-249210-1.asp. Acesso em: 19 fev. 2013.

Henriques, João André . 2014. *O potencial (económico) da Língua Portuguesa: representações de alunos*. Relatório de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicado).

Laborinho, Ana Paula. 2012. Prefácio: A língua na rota da economia. In: Reto, Luís (Coord.). *O potencial económico da Língua Portuguesa*. Alfragide: Texto Editores, p.17-20.

Lopes, Amália de Melo. 2011. *As línguas em Cabo Verde. Uma radiografia sociolinguística*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (não publicada).

Oliveira, Gilvan Müller de. 2013. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trab. Ling. Aplic*, Campinas 52.2, p.409-433, jul./dez. 2013. Disponível em www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf/ Acesso em: 23 agosto 2014.

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo/ RIFA. 2014. Oeiras: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em: sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf. Acesso em: 3 set. 2015.

Reto, Luís (Coord.). 2012. *O potencial económico da Língua Portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.

